

II.3 Algumas perspectivas: ações a levar a cabo e quadro de monitorização

A Aliança para a Reconstruir a Governação em África foi mandatada para propor aos participantes um plano de acção a partir das linhas directrizes retidas na Declaração final e dos objectivos estratégicos e acções estruturantes propostos nos workshops. Este plano identifica as principais acções previstas e os instrumentos para compartilha-los e implementa-los, assim como e um quadro de monitorização na sequência da conferência.

II.3.1 Principais acções

1 - Alargar e reforçar uma rede de intercâmbio de experiências e de partilha de iniciativas de reconstrução da governação em África

Os participantes consideraram que, se a conferência foi um acontecimento circunstancial, o diálogo que ela permitiu de encetar deverá ser perpetuado num quadro e formas a definir e alargada a todos os intervenientes na área da governação. A utilização de novas tecnologias deve ser maximizada, dada à natureza continental da iniciativa. As acções específicas desejadas nesse ponto de vista são:

a) A criação de um banco ou plataforma virtual de intercâmbio e de valorização de experiências em matéria de governação, ou seja enriquecer o SITE das JAGA para permitir a todos os participantes, a toda e qualquer pessoa ou organização interessada a partilhar ou de encontrar no mesmo espaço as experiências relativas aos temas das JAGA; este banco poderá ser enriquecido pelas parcerias que os participantes terão estabelecido durante a conferência e através de um acompanhamento regular das iniciativas das instituições (Estados, autoridades locais, cooperação para o desenvolvimento, instituições de integração regional) e outros actores sociais.

b) A criação de um espaço de diálogo permanente sobre os temas da conferência, nomeadamente através da criação de um Blog acessível a partir do Site das JAGA

Em colaboração com os Municípios da Praia e da Cidade Velha e o Ministério da Cultura de Cabo Verde, foi organizada uma manhã de visita a Cidade Velha, local histórico da escravatura.

O último dia da conferência foi consagrado, por um lado, à reposição em plenária, dos trabalhos dos workshops, seguida de um debate geral e, por outro, a cerimónia oficial de encerramento que foi presidida por sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, com a presença das suas Excelências Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia e Sr. ex-Presidente da República, actual Presidente da Fundação Amílcar Cabral.

II.2 Principais conclusões da conferência

As discussões revelaram a pertinência do tema da conferência e das propostas que estruturaram os workshops. Insistiu-se particularmente sobre a necessidade de uma abordagem sistemática da problemática do desenvolvimento da África e a necessidade de aliar os temas, actores e as esferas de governação. A Declaração final inclui um certo número de constatações e identifica caminhos para o futuro. Ela se apresenta ainda, mais como um manifesto do que uma habitual declaração.

As principais constatações são as seguintes:

- A consideração **da governação como sendo a fonte e solução** das crises com múltiplas facetas, política, social, económica, que atravessa o continente Africano
- A necessidade do continente de se dotar, **de uma visão endogénica, global e de longo prazo da sua governação**, e a tradução dessa visão num **projeto compartilhado e inclusivo** de todos os actores da sociedade
- A necessidade para a África, não só de **participar activamente no processo de globalização, mas também de partilhar a liderança**, apoiando-se nas suas enormes potencialidades (os recursos humanos, nomeadamente, juventude melhor formada, imensos recursos naturais, sociedades cada vez mais orga-

nizadas e empreendedoras, uma vontade política das instituições de forma geral, dos Estados e das organizações de integração regional em particular, de melhorar o seu funcionamento, de reforçar as suas capacidades ao serviço dos cidadãos)

- A necessidade para as sociedades africanas de **definir, formalizar e promover melhor os valores e princípios partilhados** que devem reger as relações entre os indivíduos e entre as comunidades, as modalidades de divulgação, de exercício e controle do poder ao serviço do interesse geral assim como as modalidades de contribuição e justa repartição dos recursos e das riquezas; Estes métodos de regulação dos assuntos públicos devem ter em conta o quadro do pluralismo normativo, institucional e social e incluírem os modos tradicionais de regulação num projeto, não nostálgico do passado, mas moderno
- A necessidade de apoiar-se **estrategicamente sobre o processo de descentralização**, considerados, não como meras reformas administrativas, mas como um projeto necessariamente político de reconstrução dos Estados, que reforça as suas legitimidades e eficácia, e garante um melhor controlo da diversidade natural das sociedades
- A necessidade de **consolidar o processo de integração regional** valorizando a complementaridade entre as dinâmicas institucionais e intergovernamentais e as dinâmicas sociais na base, para fazer da integração um factor de desenvolvimento, paz e segurança, de consolidação dos Estados e de integração da África no mundo
- A importância do **uso de línguas africanas** nos sistemas educativos, institucionais e administrativos
- A necessidade de **construir a visão e projeto Africano de governação com parceiros da África»**

As linhas directrizes de uma estratégia de reconstrução efetiva da Governação em África foram identificadas tendo em conta o contexto actual e as perspectivas futuras:

1. «**A parceria de múltiplos actores** deve ser o motor da preparação, implementação e avaliação das políticas públicas e do quadro jurídico e institucional da mesma forma que os mecanismos de participação civil e de diálogo entre todos os actores devem ser reforçados em todos os níveis, local, nacional, sub-regional, continental e internacional
2. **A educação e o reforço da conscientização e dos valores cívicos** são as alavancas para assegurar a primazia do interesse público sobre os interesses particulares ou de grupos, da democracia e da coexistência pacífica das comunidades humanas
3. As forças de defesa e de segurança do Estado devem **ser forças republicanas, actores do desenvolvimento** que protege a segurança humana num quadro que **promove uma governação partilhada da segurança**
4. **Os processos constitucionais** devem ser mais inclusivos e trazer melhores formas de regulação do poder político e da prevenção e resolução das crises
5. **As instituições de integração regional** devem prosseguir os seus esforços para construir uma visão e um projeto de integração regional que promovem a cidadania regional efetiva, que territorializam e socializam melhor as políticas comunitárias, reforçam as capacidades de antecipação e pró-actividade com os outros actores a nível de prevenção de conflitos e de garantia da segurança
6. **Os Estados** devem **valorizar a utilização de línguas nacionais**, fortalecer e aprofundar os processos de descentralização numa visão partilhada com as instituições locais e o conjunto dos actores locais
7. **A Diáspora africana** deve participar activamente no trabalho de reconstrução da governação em África

- a valorização das línguas nacionais nos sistemas administrativos e nos sistemas de educação e de formação
- a consideração do sector privado na definição e realização dos desafios de desenvolvimento local assim como o desenvolvimento do empreendedorismo local

O quadro de monitorização está mandatado, com base nas informações fornecidas pelos participantes e de qualquer pesquisa, para identificar, centralizar e evidenciar, para cada região, todas as iniciativas e definir as condições das suas conexões com a iniciativa África Horizonte 2060.

3 - Desenvolver a advocacia em torno dos resultados da conferência e do projeto África Horizonte 2060

Através da origem socioprofissional dos participantes, a conferência da Praia tinha como objectivo envolver um máximo de actores. No entanto, as conclusões devem ser enriquecidas e levadas a todos os ambientes sociais em África e no resto do mundo. Além da divulgação a nível dos actores acessíveis aos participantes, insistiu-se muito na divulgação política e na necessidade de associar os espaços de decisão às conclusões dos debates. Duas séries de actividades podem ser implementadas:

- Prolongar a parceria já existente com as autoridades políticas presentes na conferência, nomeadamente com a Presidência da República, o Governo e a Assembleia Nacional de Cabo Verde, a Câmara Municipal da Praia assim como os ministros do Senegal, do Burkina Faso, da Guiné e do Togo, e com os actores da cooperação para o desenvolvimento
- Informar e envolver na sequência da conferência da Praia e na preparação da segunda conferência, outros actores institucionais, nomeadamente as instituições de integração regional ou com vocação pan-africana; A ARGA procurará em particular mobilizar nesse sentido, os Presidentes que fazem parte da sua rede (Presidente em exercício e ex-Presidente de Cabo Verde, ex-Presidente da Guiné Bissau, actual Presidente do Concelho da ARGA)

II - Desenrolar da conferência, principais conclusões e perspectivas

II.1 Desenrolar da conferência

A conferência registou a presença de 93 pessoas oriundas de 30 países. Todas as regiões do continente estiveram representadas, bem como a diáspora e amigos da África: Marrocos, Argélia, Tunísia, Senegal, Mali, Burkina Faso, Camarões, Gâmbia, Benin, Congo, Costa do Marfim, Guiné, Nigéria, Togo, Tchad, República Democrática do Congo, Zâmbia, África do Sul, Guiné-Bissau, Botswana, Quênia, São Tomé e Príncipe, Gabão, Angola, Cabo Verde, França, Itália, Estados Unidos e Portugal.

Os participantes pertenciam aos meios socioprofissionais seguintes: pesquisadores universitários, ONGs, Estados (funcionários e outros) eleitos (deputados e vereadores), membros de fundações privadas, sector privado, estudantes, organizações internacionais (Conselho de Segurança das Nações Unidas e PNUD), religiosos e tradicionalistas, media, militares, parceiros de desenvolvimento, etc. ...

A diversidade territorial e socioprofissional dos participantes foi reconhecida como sendo um factor legitimador dos resultados da conferência. As discussões desenrolaram-se sobretudo num ambiente de escuta, respeito mútuo e busca permanente da construção de um inteligência colectivo sobre assuntos complexos e muitas vezes polémicos.

A cerimônia de abertura oficial ocorreu no plenário da Assembleia Nacional, sob a presidência efetiva de sua Excelência o Sr. Presidente em exercício da República de Cabo Verde, e na presença de seu antecessor, o actual presidente da Fundação Amílcar Cabral, laureado do Prémio Mo Ibrahim da boa governação. Este símbolo legitimou a escolha de Cabo Verde, como o exemplo perfeito de uma democracia tranquila, habituada as alternâncias pacíficas. A este respeito, o discurso do Presidente em exercício colocou grande ênfase sobre o processo histórico de construção da nação Cabo-verdiana, factor que explica o progresso realizado por este país em termos de regulação do “viver juntos” da convivência e da governação. A cerimônia de abertura foi realçada com a presença de quatro ministros, do

Senegal, do Burkina Faso, da Guiné e do Togo, bem como de embaixadores e chefes de organizações internacionais em Cabo Verde.

Após a cerimônia de abertura deu-se o início dos trabalhos divididos em ateliês de quatro (4) meios-dias. A conferência centrou-se em torno de 10 propostas agrupadas em cinco workshops:

- Ateliê 1 : Fundar o "viver juntos" nas sociedades em torno de valores e princípios compartilhados
- Ateliê 2 : Tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade
- Ateliê 3 : Reconstruir o Estado pós-colonial Africano através da descentralização e da integração regional
- Ateliê 4 : Promover uma gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos
- Ateliê 5 : Construir uma segurança para todos

Os trabalhos de cada Workshop foram orientados por uma nota introdutória com um tema resumido e algumas questões fundamentais a serem discutidas, e que os participantes tinham a liberdade de alterar. Estas notas foram feitas com base em três tipos de recursos: as contribuições que alguns participantes tinham enviado antes da conferência (acerca de 30), documentos e trabalhos de pesquisa, documentos de políticas públicas recolhidas pela ARGA. Cada workshop foi mandatado para preparar um relatório sobre o tema em discussão incluindo:

- Os principais problemas e desafios
- As tendências de evolução das próximas décadas
- As potencialidades do continente
- Os objetivos estratégicos a atingir e algumas ações estruturantes
- As funções e responsabilidades das partes interessadas

c) A criação de boletins para a difusão de informações sobre os seguimentos das JAGA e sobre a preparação da edição de 2013; trata-se ao mesmo tempo de valorizar a difusão da lista da ARGA que consta de cerca de 2000 contactos, assim como o contato dos participantes; este boletim incluiria informações sob a forma de textos e registos vídeos.

2 - Promover ou reforçar as iniciativas abordando os temas prioritários, identificados pela conferência

A conferência permitiu identificar temas prioritários que serão determinantes para o futuro da África. Os participantes podem no quadro de iniciativas existentes ou de novas iniciativas, elaborar propostas ou projetos de reconstrução da governação. Estão livres de definir estas iniciativas, mas deverão informar dentro das suas possibilidades o quadro de monitorização na sequência da conferência, para garantir a divulgação e a consideração das mesmas em todas as fases da iniciativa África Horizonte 2060. Entre outros temas, os seguintes exemplos não exaustivos :

- os parceiros com múltiplos actores no âmbito das políticas públicas (elaboração, implementação, controlo, avaliação..)
- a educação cívica e a promoção dos valores, a luta contra a corrupção...
- o papel das forças de defesa e de segurança, e a governação partilhada da segurança
- o constitucionalismo e as constituições como ferramentas de regulação da diversidade e do poder
- a socialização e a territorialização das políticas comunitárias de integração regional
- a promoção da cooperação transfronteiriça, nomeadamente em termos de serviços públicos

Uma iniciativa baseada na convicção de que a África dispõe de competências para assumir o controlo do seu destino

Desde a época das independências, a África não tem sido verdadeiramente mestre de seu destino. Ela se encontrou durante a Guerra Fria, dividida entre blocos políticos opostos e, em alguns casos, praticamente sob tutela e, sujeita a se conformar e a cumprir as doutrinas políticas e econômicas impostas pelo exterior. Hoje, ela é marginalizada nas relações internacionais, tanto no plano econômico como político. Muitos jovens, especialmente os mais instruídos, por não encontrar nos seus países ou no continente, perspectivas consideradas dignas das suas aspirações, continuam a fugir o continente, privando-o dos talentos e da criatividade que tanto necessita.

Mas a África encontra-se no ponto de viragem da sua história política, econômica e social. Apesar do contraste dos balanços sobre a construção do Estado e das sociedades, resultados que recordam o longo caminho ainda a percorrer para a emergência econômica política e social; a África porém possui enormes recursos para satisfazer as exigências de seu povo e ser mais valorizado no resto do mundo. A democracia vem se consolidando inevitavelmente, reforçada pelo processo de descentralização e pelas sociedades civis que contribuem significativamente para a melhoria da governação dos Estados; as enormes reservas de recursos naturais ainda por explorar; o crescimento rápido da população que os transforma em mercado do futuro; os processos de integração regional contribuem para aumentar as exigências da boa governação e da construção de mercados comuns; a evolução das relações econômicas internacionais, com a emergência de novas potências, acrescenta as suas margens de negociações nos mercados internacionais e cria oportunidades para a renovação da regulação das relações internacionais.

Uma contribuição para uma África efectivamente independente em 2060

Para que todas estas vantagens se transformem em factores de sucesso, a África precisa de uma reacção coletiva, para deixar de «dormir sobre a esteira dos outros», retomando as palavras do famoso historiador Joseph Ki Zerbo. É verdade que em todo o mundo, a construção de nações modernas e a definição das estratégias de desenvolvimento demoraram muito tempo. E a África não escapa a esta regra. Mas longe de ser um continente sem esperança, ela contém uma fervorosa juventude e recursos culturais e intelectuais que colocam nela a capacidade de emergir no século 21 com a sua própria visão do mundo, sua própria concepção de governação, seu próprio itinerário de desenvolvimento.

Com o pretexto da comemoração do cinquentenário da independência de muitos países africanos, a Aliança para Reconstruir a Governação em África (ARGA), achou necessário ir para além das festividades e dos balanços, e ela decidiu dedicar uma reflexão ao futuro do continente, convidando todos os actores, africanos e não africanos, convencidos de que a África pode assumir o controlo do seu destino, a associar-se, à uma iniciativa que ambiciona traçar os contornos de uma nova perspectiva política, económica, social e cultural, capaz de finalmente, colocar o continente no caminho da emergência, para a construção de um projeto para os próximos cinquenta anos para que o centenário, simbólico das independências, seja celebrado sob a marca de uma verdadeira independência.

A Iniciativa **África Horizonte 2060** é assim conduzida através de uma série de quatro conferências realizadas sucessivamente sobre os seguintes temas essenciais para o futuro da África:

- Uma África que reinventa a sua governação (Praia, Cabo Verde – 2012)
- Uma África que reinventa a sua economia (2013)
- Uma África que renegociá o seu lugar no mundo (2014)
- Um projeto para 2060 (Addis Abeba, Etiópia, 2015)

4 - Elaborar e divulgar, no formato de um caderno de propostas, um documento de capitalização e de contribuição da conferência sobre o futuro da governação em África

A riqueza dos debates justifica que as principais conclusões da conferência não sejam só divulgadas através de um simples memorando. Além disso, é possível antecipar sobre o resumo que resultará da quarta conferência prevista para 2015. Assim foi proposto que se elaborasse antes da segunda conferência, um documento analítico de contribuição da primeira conferência, sobre o futuro da governação em África. Este documento será apresentado durante a conferência de 2013 no formato de um caderno de propostas.

II.3.2 Um quadro de monitorização

Um Comité de monitorização na sequência da primeira conferência foi estabelecido. Sob a coordenação da Aliança para Reconstruir a Governação em África, ele é composto de cinco organizações representando cada região do continente, de um representante da Diáspora e de um representante dos principais parceiros. Este Comité é mandatado para lançar qualquer iniciativa podendo contribuir à implementação do plano de acção. Este realiza-se através de uma avaliação periódica do estado de andamento das actividades previstas e pode conforme os recursos mobilizados, reunir-se ao pedido da ARGA.

- Levar em consideração a governação, está na origem e também representa a solução para as crises multifacetadas, políticas, sociais, económicas, que atravessa o continente africano
- A necessidade para o continente de se dotar de uma visão endógena, global e a longo prazo da sua governação, e a tradução de esta visão num projeto partilhado e inclusivo de todos os actores da sociedade
- A necessidade para a África não só de participar activamente ao processo de globalização, mas também de partilhar o liderança, baseando-se nas suas inumeráveis vantagens (recursos humanos, nomeadamente uma juventude com melhor formação, recursos naturais imensos, sociedades civis cada vez mais organizadas e com mais iniciativas, uma vontade política das instituições em geral, em particular dos Estados e organizações de integração regional, de melhorar o seu funcionamento, de reforçar as suas capacidades ao serviço dos cidadãos)
- A necessidade para as sociedades africanas de definir, formalizar e promover melhor os valores e princípios partilhados que devem estabelecer as relações entre os indivíduos e entre as comunidades, as modalidades de devolução, de exercício e de controlo do poder ao serviço do interesse geral, assim como os processos de atribuição e de partilha equitativa dos recursos e das riquezas; estes processos de regulamentação dos assuntos públicos devem levar em conta o ambiente de pluralismo normativo, institucional e social e incluir os modos tradicionais de regulamento num projeto, não arcaico mas de modernidade controlada
- A necessidade de basear-se de forma estratégica nos processos de descentralização, considerados não como simples reformas administrativas, mas como um projeto eminentemente político de reconstrução dos Estados, que reforçaria as suas legitimidades e eficácia, e asseguraria uma melhor regulação da diversidade natural das sociedades
- A necessidade de reforçar os processos de integração regional valorizando a complementaridade a partir da base para tornar a integração num factor de

Resumo

I - Introdução.....	7
II - Desenrolar da conferência, principais conclusões e perspectivas	9
II.1 Desenrolar da conferência.....	9
II.2 Principais conclusões da conferência.....	11
II.3 Algumas perspectivas: ações a levar a cabo e quadro de monitorização	15
II.3.1 Principais ações.....	16
II.3.2 Um quadro de monitorização.....	19
III – Declaração de Praia	21

III – Declaração de Praia

A primeira edição das Jornadas Anuais da Governação em África (JAGA), iniciativa da Aliança para Reconstruir a Governação em África, que aborda o tema "África reinventa a sua Governação", foi realizada na cidade de Praia (República de Cabo Verde) de 09 a 12 de Julho de 2012. Esta primeira edição inaugurou uma série de quatro conferências de reflexão prospectiva cuja ambição consiste em contribuir a emergência de uma África que assume o controlo do seu destino daqui à meta simbólica de 2060, um século após as primeiras independências. Ela reuniu participantes de várias áreas socioprofissionais, de todas as regiões da África, da diáspora assim como amigos da África.

Os objectivos da conferência consistiam em: contribuir a criação de um espaço duradouro de partilha/intercâmbio, de valorização e de partilha das actuais e mais inovadores experiências, reflexões e políticas públicas sobre a governação em África; contribuir a uma maior sinergia entre as iniciativas das instituições e as iniciativas da sociedade civil; contribuir a uma maior socialização das políticas públicas no âmbito da governação; elaborar propostas e uma estratégia multiactores e prospectiva para permitir a África de efectivamente assumir o controlo do seu destino; contribuir ao estabelecimento das iniciativas de reconstrução efectiva da governação.

Os debates abordaram temas fundamentais da governação: criar o "viver juntos" no seio das sociedades em torno de valores e princípios partilhados; tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade e admitir o pluralismo jurídico; reconstruir o Estado africano pós-colonial através da descentralização e da integração regional; promover uma gestão adequada e inclusiva dos assuntos públicos; construir as condições de paz e segurança para todos.

Os debates permitiram aos participantes de realçar consensos fortes nos seguintes pontos:

de antecipação e de proactividade com os outros actores para prevenir os conflitos e assegurar a segurança

- Encorajam os Estados a valorizar a utilização das línguas nacionais, a reforçar e aprofundar os processos de descentralização numa visão partilhada com as colectividades territoriais e o conjunto dos actores locais
- Encorajam a Diáspora africana a participar activamente na reconstrução da governação em África

Os participantes comprometem-se ao sair da conferencia em:

- Alargar e reforçar a rede de experiencias e de partilha das suas iniciativas de reforço da governação em África
- Contribuir à advocacia, em particular para com os Estados e as organizações de integração regional, mas também para com junto as organizações da sociedade civil e das populações, para tirar proveito dos trabalhos da conferencia
- Obrar para a continuidade e o enriquecimento das contribuições ao projeto «África Horizonte 2060»

Os participantes saúdam a Aliança para Reconstruir a Governação em África e todos os parceiros, africanos e amigos da África, que permitiram a realização da conferencia e os exorta a acompanhar a série de conferencias.

Os participantes agradecem vivamente a Fundação Amílcar Cabral e as autoridades Cabo-verdianas, em particular a Presidência da República, a Assembleia Nacional, o Governo através do Ministério dos Assuntos Exteriores, e a Câmara Municipal da Praia e os exorta a ser o relai do projeto «África Horizonte 2060» junto aos seus homólogos africanos.

Praia, 12 de Julho de 2012

Agradecimentos

A Aliança para a Reconstruir a Governação em África e todos os participantes agradecem vivamente à todas as entidades e organizações que contribuíram com seu apoio à preparação e à realização da conferência:

- A Presidência da República de Cabo Verde
- A Assembleia Nacional da República de Cabo Verde
- Ao Governo da República de Cabo Verde, através do Ministério dos Assuntos Exteriores, particularmente a célula nacional da CEDEAO, o Ministério da cultura e a Unidade de Coordenação da Reforma do Estado
- A Câmara Municipal da Praia
- A Fundação Amílcar Cabral
- A Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem
- A Fundação para a Inovação Africana
- Ao Ministério francês dos Negócios Estrangeiros, através da Missão da Governação democrática, a Embaixada de França e o Serviço da Cooperação e Ação Cultural na Cidade da Praia

desenvolvimento, de paz, de segurança, e de reforço dos Estados e de integração da África no mundo

- A importância da utilização das línguas africanas nos sistemas educativos, institucionais e administrativos
- A necessidade de construir a visão e o projeto africano de governação com os parceiros da África

A partir destes consensos, os participantes, acreditando que o sonho deles para África pode tornar-se realidade:

- Acreditam que a parceria de vários actores deve ser o motor do desenvolvimento, da implementação e da avaliação das políticas públicas e que o quadro legal e institucional assim como os mecanismos de participação cívica e de diálogo entre todos os actores devem ser reforçados a todos os níveis, local, nacional, sub-regional, continental e internacional
- Acreditam que a educação e o reforço da sensibilização e dos valores cívicos são as alavancas para assegurar a supremacia do interesse geral sobre os interesses particulares ou interesse de grupo, da democracia e da coabitação pacífica das comunidades humanas
- Acreditam que é urgente e necessário tomar medidas para criar forças de defesa e de segurança dos Estados, forças republicanas, actores do desenvolvimento que protegem a segurança humana, para promover uma abordagem e uma governação partilhada da segurança
- Acreditam que os processos constitucionais devem ser inclusivos, levar a emergência de melhores modalidades formas de controlo do poder político, de prevenção e de resolução das crises
- Encorajam as instituições de integração regional a continuar os seus esforços em vista da construção de uma visão e um projeto de integração regional que promove uma cidadania regional efectiva, e uma maior territorialização e socialização das políticas comunitárias, reforça as suas capacidades

Iniciador e organizador da Conferência



Alliance pour Refonder

la Gouvernance en Afrique - ARGA

Ouest Foire - Cité Douanes -

Villa n°13- 2F - Dakar - SÉNÉGAL

Tél: +221-33-820-15-81

site web : www.afrique-gouvernance.net

JAGA

Les Journées Annuelles de
la Gouvernance en Afrique

África inventa a sua própria governação

Iniciativa África Horizonte 2060

*O que será que a África quer ser e tornar-se?
De que forma quer ser governada?*

Resumo e declaração

Conferência na Praia
9-12 de Julho, 2012





Participem publicando os vossos contributos no site :

jaga.afrique-gouvernance.net